

APRESENTAÇÃO

SÍLVIA HELENA ZANIRATO

Si el riesgo de la política clásica fueron el ideologismo, la polarización y hasta el fanatismo, el riesgo de hoy son la banalidad, el cinismo y la corrupción [...] la gran tarea del futuro es la reconstrucción del espacio institucional, la polis, en que la política vuelve a tener sentido como articulación entre actores sociales autónomos y fuertes y un Estado que recobra su papel de agente de desarrollo (GARRETÓN, 2001, p. 35)¹.

O final do século XX, início do XXI trouxeram à tona outras formas de ação coletiva expressas em explosões urbanas, movimentos com fortes componentes étnicos e de gênero, com múltiplas demandas. Essas ações indicam que as propostas de mudança social estão ligadas a novas formas de participação, que incluem novos atores sociais e que requerem a redefinição do sentido da política nas sociedades democráticas.

Com esse sentido é que a presente obra se apresenta, a de pensar a participação política como uma atividade dos cidadãos com vistas a intervir no processo de discussão e de produção da decisão política. As formas de participação contempladas nas análises consideram a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações que expressam interesses, aspirações e valores através dos quais se constroem consensos, definem dissensos e se regulam conflitos.

¹ Manuel Antonio Garretón, *Cambios sociales, actores y acción colectiva en América Latina*. Naciones Unidas, Santiago de Chile 2001.

São ações que propagam a mudança social, aplicada a múltiplos aspectos da sociedade, além do econômico e político. Como exemplo, as mudanças nas formas de gestão pública, nos costumes e modos de representar culturalmente a realidade. Essas modificações expressam as novas formas do fazer política, que não são elaboradas unicamente pelo Estado, mas que requerem um nível satisfatório de participação da sociedade civil.

Com esse entendimento o livro se propõe a articular saberes especializados em participação cidadã, contemplando as ações da esfera civil na produção de decisões políticas para responder de melhor forma aos interesses sociais.

Para Ursula Peres, Ana Fracalanza, André Galindo e Raquel G. Rizzi, a governança participativa é palavra-chave. Ao abordarem a economia institucional aplicada ao setor público, as autoras desenvolvem uma discussão teórica sobre estruturas de governança no setor público, utilizando o modelo analítico desenvolvido em Peres (2007) e da governança participativa a partir de Avritzer (1994, 1997, 2008), Gurza Lavalle (2011) e Pires (2000). Com base nesse arcabouço teórico analisam o Orçamento Participativo de São Carlos, e tratam das dificuldades e possibilidades da gestão participativa, com destaque para o papel do controle externo no desenvolvimento de políticas públicas.

A dimensão socioambiental nos processos de mudanças sociais e no estímulo à participação política é contemplada no texto de Marcos de Carvalho, Érico Pagotto, Atílio Neto e Gustavo Meyer. Para os autores, a emergência de um grande número de movimentos sociais por todo o mundo na virada do século XXI é reveladora de uma insatisfação com os aparatos político-partidários e institucionais em vigor, que se mostram incapazes de dar respostas à série de problemas sociais, entre os quais os ambientais. Para eles, toda e qualquer proposta de mudança social tem que contemplar a dimensão socioambiental. Com esse entendimento abordam formas alternativas ao modelo democrático dominante, entre as quais as empreendidas pelas comunidades tradicionais.

Sidnei Raimundo e Neli Mello-Thiery também discorrem sobre as políticas públicas relacionadas às questões ambientais analisando os conflitos territoriais presentes nas ações em prol da conservação e proteção ambiental. O interesse dos autores é o de destacar as atividades de segmentos da sociedade que atuam na relação com a natureza, o que envolve conflitos, enlaces e formas de interferência nas dinâmicas socioambientais, tanto no espaço

urbano e rural, quanto em áreas protegidas (unidades de conservação). Em sua análise, consideram fundamental as categorias território e poder que expressam as relações ocorridas no espaço. A elas agregam ainda o conflito, um campo importante para pensar as mudanças sociais e a participação política.

Os diferentes atores que participam das políticas públicas voltadas à agricultura urbana e periurbana desenvolvidas no município de São Paulo são avaliados no texto de Diamantino Pereira, Gerardo Kuntschik, Ana Valdiones, Ivini Ferreira e Renato Abdo. Para os autores, as políticas públicas municipais voltadas para a agricultura são fruto de um processo recente, ainda em curso, que busca influenciar a adequação ambiental dos sistemas produtivos com a adoção de boas práticas agroambientais, criação de canais diretos de comercialização da produção a permanência de moradores na periferia e organização de base dos produtores, dentre outros aspectos.

Sílvia Zanirato e Edegar Tomazzoni, por sua vez, discutem a política de proteção do patrimônio cultural, responsável pela conservação, difusão e conservação dos bens herdados do passado em sua relação com a política do turismo. Para eles, ambas políticas pressupõem a participação da sociedade civil, na expectativa de sejam considerados os usos sociais dos bens culturais e não exclusivamente a geração de renda advinda do fato de um lugar tornar-se patrimônio cultural, justificativa mais usual para a proteção dos bens herdados do passado. Para isso, é imprescindível a participação social, um meio de evitar tanto o predomínio de valores definidos pelo mercado, como o privilégio de determinados segmentos beneficiários do financiamento estatal.

A preocupação com a esfera econômica da política é igualmente contemplada no texto de Dennis de Oliveira e Marco Bettine, que discorrem sobre o poder global contemporâneo. Para esses autores, o poder é sustentado por um tripé de monopólios: o monopólio do dinheiro, o monopólio das armas e o monopólio da voz. Trata-se de um poder que emerge do processo civilizatório da globalização neoliberal e que tem um pé nas corporações privadas, outro na indústria bélica e um terceiro no monopólio da indústria da comunicação e da cultura.

Maria Eliza Bernardes, Sandra Batistão, Sandra Assali, Isabel Hamada e Eliane Pereira abordam as concepções teóricas que organizam as pesquisas sobre Educação, Desenvolvimento Humano e Políticas de Estado, com destaque para o papel da educação, uma atividade essencialmente humana,

que medeia a formação dos sujeitos e da própria sociedade e os orienta à participação social.

Na interface com a educação e agregando questões de saúde coletiva e relações de gênero está o texto elaborado por Elizabete Cruz. O estudo apresentado por essa autora enfoca o exercício da sexualidade e a vivência da paternidade e maternidade por jovens que convivem com HIV/AIDS, em especial os limites e as possibilidades do exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

Andrea Viude e Soraia Ansara, por sua vez, tratam do movimento dos Queixadas, uma análise da história de luta dos operários da Fábrica de Cimento Perus. Para as autoras o movimento dos Queixadas se distingue pela orientação da “não violência ativa” e pela resistência e pressão para que seus direitos fossem respeitados. Temas como reivindicações trabalhistas, fraudes, corrupção e solidariedade de classe são contemplados na análise das autoras, para as quais o grande legado desse movimento é a construção de uma memória coletiva de luta e resistência, expressão da vitória dos trabalhadores contra os atos repressivos e as injustiças que sofreram.

Em síntese, os textos aqui reunidos oferecem um percurso para uma leitura múltipla sobre a mudança social e a participação política. A expectativa é a de que os conteúdos aqui expressos contribuam para o aperfeiçoamento da participação civil na condução dos negócios públicos e no exercício de seu papel político